



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

## **XI CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**DIVERSIDADES E (DES)IGUALDADES**

**SALVADOR, 7 A 10 DE AGOSTO DE 2011**

**GRUPO DE TRABALHO - GT 90 - POLÍTICAS PÚBLICAS DE  
ECONOMIA SOLIDÁRIA**

**POLÍTICAS PÚBLICAS E GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA NA  
PERSPECTIVA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: DILEMAS DO PROJETO RIO  
ECOSOL**

**Sérgio Ricardo Rodrigues Castilho**  
Universidade Federal Fluminense  
[sergiorodriguescastilho@gmail.com](mailto:sergiorodriguescastilho@gmail.com)

**Flávia Ruas Fernandes Pereira**  
Secretaria Especial de Desenvolvimento  
Econômico Solidário – Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro  
[flaviaruas\\_72@hotmail.com](mailto:flaviaruas_72@hotmail.com)



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Compreender o contexto no qual se insere uma política de governo que se pretende pública<sup>1</sup> é essencial para avançarmos na análise de sua efetividade. Para discutirmos as condições de possibilidade do sucesso do programa *Rio Economia Solidária* – um programa executado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico Solidário da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (SEDES/PCRJ), e de agora em diante chamado de “Rio Ecosol” – é necessário, portanto, fazermos referência ao quadro de possibilidades e desafios no qual ele se insere.

O Programa “Rio Economia Solidária” é um dos projetos desenvolvidos pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico Solidário da Cidade do Rio de Janeiro (SEDES/PCRJ), tendo sua execução se iniciado recentemente, em novembro de 2009. Ele se realiza em quatro territórios, a saber: Complexo do Alemão, Complexo de Manguinhos, Morro Santa Marta e a área que na origem era o conjunto habitacional Cidade de Deus. Como com exceção do Santa Marta todos são muito grandes e populosos (vide a segunda seção) foram escolhidas subáreas em cada um deles: no Complexo do Alemão a Nova Brasília (que ainda assim possui quase trinta mil habitantes), em Manguinhos a Varginha e na Cidade de Deus a Quadra XV.

Os recursos para execução são oriundos de um convênio entre o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), do Ministério da Justiça, e a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), do Ministério do Trabalho e Emprego.

O objetivo mais geral que o “Rio Ecosol” persegue é o desenvolvimento solidário (“Rio Economia Solidária”. Plano de Trabalho. SEDES/PCRJ. 2009.), entendido este como

---

<sup>1</sup> “Estudar *políticas públicas* do ângulo da antropologia social implica, de saída, suspender a idéia de *público* como qualificativo para os fins das ações de Estado, as quais poderiam ser melhor descritas como *políticas governamentais*. *Políticas governamentais* devem ser entendidas como planos, ações e tecnologias de governo formuladas não só desde organizações administrativas de Estados nacionais, mas também a partir de diferentes modalidades de organizações não redutíveis àquelas que estão definidas em termos jurídico e administrativos enquanto partícipes de administrações públicas nacionais. Pensamos aqui não apenas em ONGs e movimentos sociais, mas também em organismos multilaterais de fomento e de cooperação técnica internacional para o desenvolvimento”. (SOUZA LIMA e CASTRO, 2008: 369)



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

um desenvolvimento para todos (Cf. Singer, 2004), que não reproduza as condições de desigualdade características do desenvolvimento capitalista e respeite os limites ecológicos de nossa relação com o planeta. Na sua aplicação imediata ele intenciona capacitar e qualificar pessoas de forma a apoiar empreendimentos econômicos solidários (EES)<sup>2</sup> das comunidades envolvidas, por meio de fomento e equipagem, capacitação, qualificação e profissionalização da gestão dos EES. Supõe o protagonismo dos atores locais, e nesse sentido se aproxima também de algumas tendências recentes na administração pública que propugnam uma “gestão social”, por meio da qual a sociedade contribui para a *res publica* (TENORIO & SARAVIA, 2008: 127).

O ponto que escolhemos para nossa análise aqui privilegia tanto as dificuldades e limitações para uma política pública diferenciada quanto a tensão entre os objetivos mais gerais do programa (envidar esforços na direção do desenvolvimento econômico solidário) e a lógica tradicional segundo a qual as políticas públicas de geração de trabalho e renda tem sido analisadas (uma lógica quantitativista que não faz distinção entre diferentes formas de inserção no mercado de trabalho).

Inicialmente iremos delinear o quadro no qual o Rio Ecosol se insere. Primeiro apontando alguns dilemas da economia solidária na sociedade brasileira, sua articulação e sua relação com as políticas públicas e, em seguida, as especificidades da cidade do Rio e o momento que esta atravessa. Depois apresentaremos alguns dados relativos aos territórios nos quais o programa se efetiva. Por último trataremos a tensão delineada a partir de dados iniciais de execução do programa.

## 1 – O “Rio Ecosol” e seu contexto de efetivação

---

<sup>2</sup>Segundo a definição da Senaes, os EES são necessariamente coletivos e suprafamiliares (associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas etc.), cujos participantes são trabalhadores dos meios urbano e rural que exercem a autogestão das atividades e da alocação dos seus resultados, e que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário. As atividades econômicas devem ser permanentes ou principais, ou seja, a razão de ser da organização. Disponível em: [www.mte.gov.br/ecosolidaria](http://www.mte.gov.br/ecosolidaria)



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Embora possua continuidades evidentes com os movimentos operários e socialistas do século XIX e XX (LAVILLE e FRANÇA FILHO, 2004: 41-48; ) é claro que muito da força da economia solidária vem do ímpeto de renovar a luta anti-capitalista a partir dos dilemas contemporâneos.

No Brasil a economia solidária tem se manifestado desde os anos noventa do século passado e conquistado maior expressividade a partir do início do século XXI, coincidindo essa maior expressividade com o Governo Lula e o Fórum Social Mundial (GAIGER, 2004). Sua expressão abrange movimento e demandas não só sociais e políticas, mas também formas de organização econômica que se guiam pelos princípios da horizontalidade e da ausência da produção do lucro<sup>3</sup>: os já citados empreendimentos econômicos solidários (EES).

Por razões tanto políticas quanto econômicas e culturais, a força desse novo cooperativismo que embasa a economia solidária é muito maior no campo. Seja por conta das dificuldades próprias que caracterizam a produção no campo e estimulam a associação, seja por conta das características individualistas das culturas (e do trabalho) nas cidades, o fato é que a economia solidária ainda é pouco significativa nas cidades brasileiras. Os mapeamentos que a SENAES tem feito dos EES vem confirmando tal estruturação (no primeiro mapeamento, feito em 2005, 67% dos EES tinham atuação rural; no segundo os dados parecem na poder ser desagregados dessa forma) Os dados mascaram ainda o fato de que os EES nas cidades tem, regra geral, menos elementos do que no campo).

Quanto a relação com as instâncias governamentais não há motivos para atitudes extremas, nem ufanistas nem pessimistas. A criação de uma Secretaria Nacional de Economia Solidária a partir do primeiro governo Lula em 2003 demonstra sensibilidade política e capacidade de escuta por parte do novo bloco político-social no governo federal.

A subordinação das políticas públicas de economia solidária às políticas trabalhistas, bem como a inexpressividade dos recursos financeiros, humanos e logísticos a

---

<sup>3</sup> Tipicamente, na economia solidária o excedente econômico produzido é tratado como “sobra” e utilizado coletivamente, seja reinvestido na produção ou dividido entre todos.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

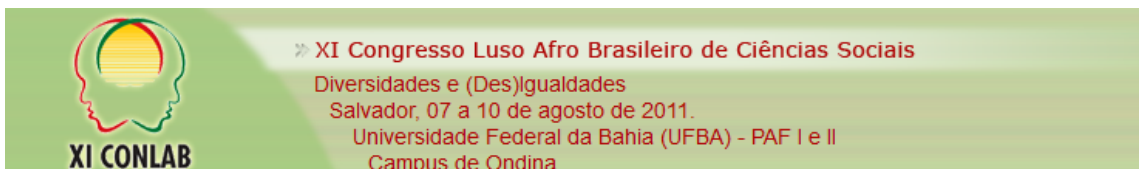
elas destinados, por outro lado, evidencia que estas não possuem a força necessária à sua alavancagem. No caso do programa em análise, mesmo se constituindo como o maior programa de economia solidária do país em termos de recursos financeiros, trata-se ainda de uma gota d'água nos imensos desafios que se apresentam à reorientação da economia da cidade do Rio de Janeiro.

A dotação de recursos a partir do convênio entre o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), do Ministério da Justiça, e a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), do Ministério do Trabalho e Emprego concede, evidentemente, uma “marca de origem” ao programa. A interface entre políticas públicas de segurança de um novo tipo<sup>4</sup> e as políticas públicas de economia solidária coloca novos desafios. Evidentemente esses desafios estão relacionados ao contexto mais geral de luta contra os poderes armados privados – o tráfico desde a década de 80 e as milícias, desde o início do século XX – ancorados nos territórios das favelas e áreas pobres da cidade, constituindo-se em um entrave a mais para a diminuição da pobreza e o desenvolvimento local.

Assim, aos múltiplos desafios que o desenvolvimento capitalista tipicamente brasileiro apresenta para a construção de uma cidade melhor – pobreza, exclusão política, social e cultural – devemos somar, desde nossa perspectiva, os efeitos desagregadores do

---

<sup>4</sup> PRONASCI é a sigla para Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, um programa do Governo Federal iniciado em 20 de agosto de 2007, no segundo mandato do Presidente Lula (2006-2010). Ele se define da seguinte forma: “Desenvolvido pelo Ministério da Justiça, o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) marca uma iniciativa inédita no enfrentamento à criminalidade no país. O projeto articula políticas de segurança com ações sociais; prioriza a prevenção e busca atingir as causas que levam à violência, sem abrir mão das estratégias de ordenamento social e segurança pública”. Extraído de [www.MJ.gov.br/pronasci](http://www.MJ.gov.br/pronasci). Acesso em 06/03/2010. As Unidades de Polícia Pacificadoras criadas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro a partir de dezembro de 2008 têm sido entendidas (tanto por manifestações de representantes do Governo Federal quanto do Governo Estadual) como inspiradas na mesma filosofia. Na definição do site oficial do Governo do Estado: “A Unidade de Policiamento Pacificadora é um novo modelo de Segurança Pública e de policiamento que promove a aproximação entre a população e a polícia, aliada ao fortalecimento de políticas sociais nas comunidades. Ao recuperar territórios ocupados há décadas por traficantes e, recentemente, por milicianos, as UPPs levam a paz às comunidades (...). Hoje, as UPPs representam uma importante ‘arma’ do Governo do Estado do Rio e da Secretaria de Segurança para recuperar territórios perdidos para o tráfico e levar a inclusão social à parcela mais carente da população. Criadas pela atual gestão da secretaria de Estado de Segurança, as UPPs trabalham com os princípios da Polícia Comunitária. A Polícia Comunitária é um conceito e uma estratégia fundamentada na parceria entre a população e as instituições da área de segurança pública”. [www.upp.rj.gov.br](http://www.upp.rj.gov.br). Acesso em 24/05/2010.



tráfico de drogas. Esses efeitos não são econômicos no sentido estrito, espalhando sobre a sociedade local a cultura do medo e da passividade, que necrosam o tecido social.

## 2 – História e dados dos territórios

É preciso agora adentrar os quatro territórios nos quais o Rio Ecosol se efetiva. Embora tenham em comum a pobreza e o histórico de relações com o tráfico de drogas, apresentam especificidades derivadas tanto de sua história como de sua localização e tamanho da população, entre outras.

O Complexo do Alemão e o Complexo de Manguinhos podem ser agrupados inicialmente em virtude de possuírem em comum formação e desenvolvimento resultantes da expansão da cidade do Rio de Janeiro a partir do início do século XX para as regiões da Leopoldina e Inhaúma, respectivamente, tendo na linha férrea e na construção da Avenida Brasil (esta última a partir de meados da década de 40) um importante vetor. Em Manguinhos as primeiras ocupações são do início do séc. XX (Parque Oswaldo Cruz/Amorim) mas, assim como na região do Alemão, é a partir da década de 50 que a área se adensa, tornando-se inclusive um importante centro industrial.

Segundo o Mapa do Fim da Fome II de 2004, 29,40% dos moradores do Complexo do Alemão são miseráveis. Considerada uma das regiões mais pobres do Rio de Janeiro, o Complexo do Alemão apresenta Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,711, o mais baixo dos 126 bairros do Rio de Janeiro. A expectativa de vida é de 64,8 anos e aproximadamente 14% da população é analfabeta. Nessa região, cerca de 29% da população local vive abaixo da linha de pobreza, e a taxa de mortalidade infantil é de 40,15 por 100 mil nascidos vivos, número cinco vezes maior do que na zona sul da cidade, que é



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

de 7,76 por 100 mil. A população total - dado controverso, vez que a pesquisa ensejada pelo “PAC Social” é criticada por não ter dado conta da totalidade da área - gira em torno de cem mil habitantes.

Assim como na imensa maioria dos morros e favelas do Rio de Janeiro, o final da década de setenta e a década de 80 assistiram ao fortalecimento do tráfico e das quadrilhas do “crime organizado” no Alemão e em Manguinhos. Da mesma forma, nas duas regiões (e quase em todo o entorno dos subúrbios na Avenida Brasil) houve desindustrialização (com dezenas de fábricas abandonando as regiões), desemprego e decadência econômica.

No Complexo do Alemão os eventos mais recentes da situação de conflito que lá existe por conta do tráfico de drogas envolvem duas operações militares: uma em maio de 2007<sup>5</sup> e outra em novembro de 2010<sup>6</sup> (no qual além das mesmas forças utilizadas na primeira, recorreu-se à utilização de carros de infantaria).

Existem divergências também quanto ao número de habitantes de Manguinhos, o que se deve, em grande medida, à delimitação territorial entre o bairro e o complexo de comunidades de Manguinhos. Dentro dos limites do bairro estão localizadas dezesseis comunidades. Acredita-se que a população do complexo como um todo deva chegar a 55 mil habitantes. O IDS<sup>7</sup> do bairro de Manguinhos em 2000 ficou em 0,473, ficando na posição 150 dentre os bairros cariocas, uma das últimas (o ranking termina na posição 158). 38,2% dos responsáveis por domicílio recebiam até três salários mínimos.

Em Manguinhos a situação quanto ao tráfico é mais problemática, vez que este continua fortemente estruturado, exercendo poder efetivo no território e controlando quem pode e quem não pode entrar.

---

<sup>5</sup> O motivo foi o suposto assassinato de dois policiais por criminosos que seriam do Complexo do Alemão no início de 2007. Em dois de maio de 2007 iniciou-se uma “ocupação” pela polícia civil, militar e a Força Nacional, com um contingente total de 1.350 pessoas. Desde então sucessivos embates entre os policiais e os traficantes aconteceram, até que num confronto ocorrido em 27 de junho desse mesmo ano dezenove pessoas foram mortas e várias feridas numa batalha que durou mais de sete horas.

<sup>6</sup> Nesta não ocorreram mortos, tendo sido bem sucedida de uma maneira geral. Outra questão é a continuidade das ações, vez que as Forças Armadas ocuparão o território até a chegada do novo modelo policial à região. Permanece controverso também até que ponto o tráfico foi realmente desbaratado.

<sup>7</sup> O Índice de Desenvolvimento Social leva em consideração a expectativa de vida quando do nascimento, o nível educacional e o conforto e saneamento.



Escolhida como modelo de legalidade pelo poder público, a comunidade Santa Marta, com cerca de quatro mil habitantes, é uma favela pequena, de alta visibilidade, que não dispõe de um diagnóstico participativo, capaz de delimitar um mapa dos desejos comunitários. Núcleo das expectativas de segurança pública de toda a cidade, o Santa Marta encontra-se em um ponto de inflexão. Começa a receber melhorias significativas, mas os gargalos ainda são muitos.

Foi no morro Santa Marta que se instalou a primeira Unidade de Polícia Pacificadora<sup>8</sup>, em 19 de dezembro de 2008. O tráfico encontra-se de fato desbaratado lá, e a grande questão que tem sido posta foi apresentada pelo Prof. Luis Antônio Machado da Silva: as UPPs não podem se tornar mediadoras entre a comunidade e suas demandas sob pena do sucesso das primeiras implicar em subordinação e dependência da segunda (Referência: Machado 2010, artigo postado na rede)

Na Zona Oeste, o Conjunto Habitacional da Cidade de Deus é comunidade simbólica do fracasso da política de remoções adotada, com truculência, nos anos de 1960, durante a administração Carlos Lacerda no então estado da Guanabara. Sua população é originária majoritariamente de quatro comunidades históricas da cidade – Praia do Pinto, em Ipanema, Ilha das Dragas, no Leblon, Parque Proletário, na Gávea, e Macedo Sobrinho, no Humaitá – e de outras 57 pequenas favelas, quase todas da Zona Sul do Rio de Janeiro (VALLADARES, 1978: 81). Encravada entre os bairros de Jacarepaguá e Barra da Tijuca, a Cidade de Deus concentra, hoje, quatro favelas, onde vivem 65 mil pessoas, em 6.658 unidades residenciais, projetadas nos anos de 1960 para abrigar 25 mil habitantes.

A população pobre e indigente na região alcança 26,3% (Firjan, 2010). Marcada pelo estigma da violência e do tráfico de drogas principalmente a partir da veiculação do filme Cidade de Deus (Fernando Meirelles, 2002), recebeu uma UPP a partir de 16 de fevereiro de 2009. Também aqui permanece controverso se o tráfico de drogas foi de fato desmantelado e até que ponto trata-se de uma nova forma de policiamento.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

### **3 - O Rio Ecosol entre o desenvolvimento solidário e a geração de trabalho e renda**

Uma série de dificuldades e tensões se apresentam à execução e monitoramento/avaliação do “Rio Ecosol”, mas ganhos importantes também parecem estar emergindo. As dificuldades dizem respeito às limitações de diversas ordens para atuação nos territórios. As tensões se localizam na relação entre a lógica produtivista e quantitativista do Estado (mesmo de um Estado que afirma representar os trabalhadores) e os objetivos estratégicos da economia solidária. Os ganhos indicam que estratégias participativas têm resultados positivos e palpáveis, embora nem sempre facilmente mensuráveis.

As dificuldades para atuação nos territórios são várias. O pouco tempo de duração do programa (um ano, com possibilidades de renovação para mais um ano), o acesso à população em regiões conflagradas ou a pouco “libertadas” do tráfico e a novidade e raridade da economia solidária no contexto das comunidades carentes do Rio de Janeiro são provavelmente as principais.

A curta duração do projeto está relacionada à falta de visão estratégica por parte do Estado e a virtual ausência de políticas públicas merecedoras desse nome. Embora se tenha avançado razoavelmente no combate à pobreza (Asseburg e Gaiger, 2007: 5), trata-se ainda de políticas compensatórias, e não estruturantes de um novo modelo de desenvolvimento. O “varejo” que prevalece evidencia a incapacidade de monitoramento por parte do Estado e de seus agentes (falta de pessoal qualificado, capacidade de gestão e estímulo às práticas bem sucedidas, entre outras). Os efeitos que possui a incerteza mesmo sobre a possibilidade de mais um ano de recursos são incomensuráveis.

Doze meses são, ademais, tempo curto em demasia para se conquistar a confiança da população local necessária para o bom termo dos objetivos. Há que se considerar ainda, aqui, os efeitos da histórica face repressiva do Estado no trato com os pobres e favelados do



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Rio de Janeiro, que por outro lado, desconhecem a obrigação daquele em prover infra-estrutura, serviços e direitos.

A desconfiança e o pessimismo das populações locais se explicam em função desse autoritarismo que condicionou as relações entre o Estado e os pobres no Brasil, mesmo nos períodos “democráticos”. A alternativa populista que se apresentou com Leonel Brizola, embora tenha mudado a política para as favelas no que diz respeito a diretriz da remoção (diversas melhorias nas condições de infra-estrutura de várias favelas do Rio foram realizadas a partir de então) foi eminentemente desmobilizadora, além de não enfrentar o problema do tráfico de drogas, que então dava seus passos na direção da consolidação da nova estrutura, “organizada”.

A novidade que ainda é a economia solidária nas comunidades carentes no Rio, bem como a desconfiança – principalmente dos mais jovens – em relação às ações do Estado leva a uma grande dificuldade em estabelecer o diálogo entre aquela e as diversas formas de economia popular (Nota com Referência ao texto de Coraggio) presentes naqueles territórios. No seio das formas dessa última, como já foi apontado por diversos autores, existe a contradição entre a necessidade de criar estratégias econômicas alternativas ao capitalismo e sua economia formal mas, ao mesmo tempo, estratégias necessariamente individuais e/ou particulares que estão condenadas à fragmentação e a operar às margens das atividades econômicas que agregam mais valor.

As tensões na relação entre a lógica produtivista e quantitativista do Estado e os objetivos estratégicos da economia solidária são muitas. Uma das maiores riquezas de nossa experiência tem sido poder transitar entre as diversas esferas de concepção, monitoramento/fiscalização e execução do Rio Ecosol como um todo. Podemos afirmar com clareza: nem os atores do projeto, nem os monitores/fiscalizadores do Projeto tem noção exata das diretrizes mais adequadas para o sucesso. Todos muito bem intencionados e dedicados, mas com o imenso desafio de construir o novo.

A dificuldade de descrever a situação com acuidade aqui está, também esta, ancorada num paradoxo: avançamos muito em termos de organização do Estado e sua democratização (inclusive criando e fortalecendo as diversas instâncias de controle – Cf.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Arantes; Loureiro, Couto & Teixeira, 2010 - Tribunais de Contas, Ministério Público, Controladorias Gerais, etc.), mas a maior parte ainda está por se fazer.

Os mecanismos de avaliação e controle por parte do Estado em relação ao sucesso das políticas públicas ainda são híbridos. Herdaram os traços autoritários e corruptos dos regimes militares nos quais a malversação contempla a todos os partidos e forças políticas – com as raras exceções que confirmam a regra ou, mais recentemente, se preocupam com a execução de recursos para obras que são anti-funcionais, não atendendo os interesses das população simplesmente porque está não é ouvida.

Aqui se localiza um dos principais problemas para a fundação das bases de políticas públicas que sejam dignas desse nome: os burocratas e tecnocratas isolados do contato com os beneficiários tem nos políticos e suas práticas clientelistas e/ou fisiológicos o único canal de retroalimentação do que é demandado. O resultado é um curto-circuito tecno-fisiológico, se assim nos é permitido falar.

O desenvolvimento econômico solidário apresenta características próprias, relacionadas a suas perspectivas holísticas: trata-se do desenvolvimento para todos, e um desenvolvimento integral: cultural, político, econômico, etc. Políticas públicas setoriais não podem dar conta desse modelo, vez que focam aspectos específicos, seja a capacitação escolar ou profissional, a inserção em formas subordinadas e indecentes de trabalho, etc. É evidente que não estamos negando o óbvio: é melhor o indivíduo estar empregado, mesmo sem perspectivas de melhoria de vida ou ganhando uma miséria do que estar sem renda alguma. Mas não é essa a opção que o Estado deve se colocar.

Criar condições para um desenvolvimento econômico solidário exige a integração de políticas públicas e a permanência destas em ciclos mais longos, que possam conquistar a confiança da população e fazê-la participar dos mecanismos de sua própria definição. Consoante com tal diretriz, o projeto promove a constituição de instâncias de deliberação, gestão e execução coletivas das atividades, com a participação de moradores e instituições atuantes em seus territórios de abrangência.

Mesmo com apenas sete meses de projeto pudemos, através de discussões, convites nas residências, debates variados, oficinas de memória, etc., organizar setenta e três moradores dos quatro territórios que participam regularmente de comissões de formação,



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

plano de negócios e feiras. Essas comissões estão preparando os moradores para montarem seus empreendimentos econômicos solidários e exigem, evidentemente, um tempo de maturação próprio. Além disso, formarem-se comitês de pesquisa em cada território com quarenta e nove membros, de forma que os próprios moradores opinam sobre as informações que possuímos, discutem conosco sua acuidade e planejam as atividades a serem executadas.

o.

Gerar trabalho e renda através do cooperativismo supõe algo mais geral, a saber um desenvolvimento global e que não reproduza desigualdades econômicas. Exige portanto a construção de uma cultura que se contraponha ao individualismo e ensine a força da solidariedade no processo de produção, distribuição e venda. Isso não é algo que se possa ser alcançado rapidamente, pelas várias motivos que expusemos. Urge criar novas formas de avaliação para políticas públicas específicas.

## BIBLIOGRAFIA:

- ASSEBURG**, Hans Benno; **GAIGER**, Luiz Inácio. A economia solidária diante das desigualdades. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 3, **2007**. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582007000300003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582007000300003&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 22 maio 2011. doi: 10.1590/S0011-52582007000300003
- ARANTES**; R.B.; **LOUREIRO**, M.R.; **COUTO**, C. e **TEIXEIRA**, M.A.C. **2010**. “Controles democráticos sobre a administração pública no Brasil: Legislativo, tribunais de contas, Judiciário e Ministério Público”. In: LOUREIRO, M.R.; ABRUCIO, F.L. e PACHECO, R.S. (Orgs.). Rio de Janeiro: Editora FGV. pp. 109-148.
- FERNANDES**, Tania Maria e **COSTA**, Renato Gama-Rosa. **2009**. Histórias de pessoas e lugares – memórias das comunidades de Manguinhos. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

- GAIGER**, Luiz I. (org.) **2004**. Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- LAVILLE**, J.-L e **FRANÇA FILHO**, G. C. **2004**. Economia solidária: uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS
- TENÓRIO**, Fernando G. e **SARAVIA**, Enrique J. **2008**. “Escorços sobre gestão pública e gestão social”. In: MARTINS, Paulo E.M. & PIERANTI, Octavio P. Estado e gestão pública – visões do Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: FGV. Pp. 107-32.
- SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOLIDÁRIO/PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (SEDES/PCRJ). **2009**. “Rio Economia Solidária”. Plano de Trabalho.
- SINGER**, P. **2004**. É possível levar o desenvolvimento a comunidades pobres? Brasília: Secretaria Nacional de Economia Solidária/ Ministério do Trabalho e Emprego, Texto para Discussão.
- SILVA**, L. A. M. (Org.). Vida sob cerco: violência e rotinas nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: FAPERJ/Nova Fronteira, 2008.
- SOUZA LIMA**, Antonio C. S.; **CASTRO**, João P. M.. **2008**. “Política(s) Pública(s)”. In: Pinho, Osmundo e Sansone, Livio (eds.). (Org.). **Raça: Novas Perspectivas Antropológicas**. Salvador - BA: ABA; EDUFBA, p. 141-193.
- VALLADARES**, Lícia do Prado. **1978**. Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Zahar.
- PERLMAN**, Janice F. **1981**. O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

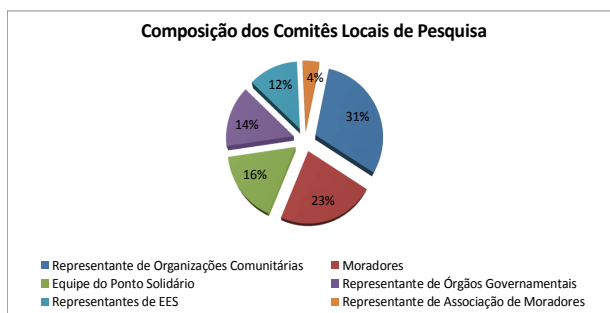
## ANEXOS



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

## Comitês locais de pesquisa

49 pessoas nos quatro territórios





» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

## Composição das comissões (formação, plano de negócios e feiras)



73 pessoas nos quatro territórios

